

**UM PAPEL PARA O PEDAGOGO NA REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE DROGAS NA CIDADE DE UBERABA (MG) – 1990 / 2013**

**Tadeu Luciano Pereira**, [tadeuluciano@hotmail.com](mailto:tadeuluciano@hotmail.com)

**Eloy Alves Filho**, [efilho@ufv.br](mailto:efilho@ufv.br)

**Oswaldo Freitas de Jesus**, [freitasdejesus.osvaldo09@gmail.com](mailto:freitasdejesus.osvaldo09@gmail.com)

Universidade de Uberaba (UNIUBE)

**RESUMO:** A pesquisa apresentada tem como objeto de estudo a análise da importância do profissional pedagogo no processo de recuperação e reinserção social dos usuários de drogas na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, no período de 1990 / 2013. Ela foi possível, graças ao Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas. Utilizando-se de um levantamento documental, bibliográfico e de outros recursos de cunho normativo, foi focado o contexto de atuação do pedagogo, alargando-o ainda mais com as políticas públicas, com a reinserção social e com outras interfaces. O objetivo geral da pesquisa foi ressaltar o valor da função pedagógica na reinserção social dos usuários de drogas no município, levando em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura (CNE/CP nº 1/2006), também para as sinergias de efeito ativo e retrocessos, em que se inserem os espaços não escolares para o debate. Esses diversos aspectos emergiram de reformas efetuadas, visando os cuidados de seus destinatários, em outros níveis de observações, que a investigação, por associações imprevisíveis, terminou por produzir. Na análise final dos dados, verificaram-se inconsistências no papel desempenhado pelo pedagogo na tarefa de reinserção do usuário de drogas. Por fim, as recomendações da Declaração de Caracas, as quais foram adotadas pela Organização Mundial de Saúde, assim como os conceitos produzidos pelo Terceiro Setor foram fundamentais para a análise das ações governamentais.

**Palavras-chave:** Função Pedagógica. Reinserção Social. Políticas Públicas. Formação Acadêmica.

**A ROLE FOR THE PEDAGOGUE IN THE SOCIAL REINSERTION OF DRUG USERS IN THE CITY OF UBERABA (MG) - 1990/2013.**

**ABSTRACT:** This research zeroes in on the analysis of the importance of the work of the pedagogue in the process of recovery and the reinsertion of the drug addict in Uberaba, Minas Gerais. It turned out to be possible due to the support of the Public Municipality Counsel of Drugs. Coping with a documental and a bibliographic methodology, as well as with other relevant means, it was focused on the context of the work of the pedagogue, on public policies and on other interfaces. The general objective of this research was to give relevance to the function of the pedagogue in the reinsertion of the drug addict in society, taking into consideration the orientations within Diretrizes Curriculares Nacionais for the course of pedagogy (CNE/CP n. 1/2006) as well as other involved aspects of the non-scholarly environments. In the final analysis of the data, inconsistencies in the role of the pedagogue were found out. These aspects deserve further debates and clarifications. In addition, the recommendations issued by the Caracas Declaration, used by the World Health Organization of 1990, and the concepts of the Third Sector were fundamental for the fulfillment of the analysis of the government actions.

**Keywords:** Pedagogical function. Social Reinsertion. Public policies. Academic Education.

## Introdução

Este estudo tem como objetivo analisar um novo papel para o pedagogo, um dos profissionais que atua no árduo e longo processo de recuperação e reinserção social dos usuários de drogas, promovido pelo Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas do Município de Uberaba, Minas Gerais, no período de 1990 a 2013.

A reinserção social se constitui no moroso, transdisciplinar e exigente processo de reunir praticamente toda família de usuários de drogas e profissionais específicos. Processo esse que se tornou um desafio para as políticas públicas, assim como para os técnicos que atuam nesta área.

A sociedade brasileira contemporânea retardou até a década de 1.990, com a reforma psiquiátrica, o reconhecimento e apoio às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas e seus efeitos profundos, sejam eles familiares, psicossociais ou econômicos, bem como na saúde pública e ao próprio indivíduo.

Para diversos estudiosos do assunto como Gil e Ferreira (2008), o uso disseminado de drogas se tornou um fenômeno recorrente em diferentes momentos da história da humanidade. No entanto, as maneiras pelas quais sua ocorrência é analisada e vivenciada variam em função dos diferentes fatores relacionados, os sociais, os econômicos, os históricos e culturais. Atualmente e de forma mais efetiva, a partir de 1.990, com a Conferência Regional para a Reestruturação da Atenção Psiquiátrica dentro dos Sistemas Locais de Saúde, em Caracas, o uso de drogas passou a ser considerado, pelos mecanismos de controle ou responsáveis pela saúde da sociedade, como permitido ou ilícito. Neste sentido a venda e o consumo de várias categorias de substâncias denominadas psicoativas passaram a ser restringidos.

O processo generalizado de implementação deste proibicionismo ou restrições rigorosas ao uso de substâncias psicoativas engendrou uma luta ferrenha contra as

drogas e se rotulou essa prática de uso de drogas lícitas como positivo e o uso daquelas consideradas ilícitas como negativo para a sociedade. (Fiore, 2012). Este fenômeno de repressão às drogas reforçado a partir dos anos 1.970.

A questão relativa ao consumo continuado de drogas tem ocupado relevante espaço nos debates acadêmicos, políticos e também religiosos. Para Pinho et al. (2008), mesmo que os efeitos do uso contínuo de drogas possam variar de uma pessoa para outra, os fatos têm demonstrado que essa prática ao longo do tempo pode causar danos graves, tanto para o usuário como para seu grupo de relacionamento, tendo em vista os transtornos nocivos à saúde, ao convívio familiar, ao desempenho escolar e no trabalho.

Há uma diversidade de causas que levam uma pessoa à dependência ou ao consumo abusivo de drogas e que apresentam uma gama de variáveis que podem estar relacionadas a aspectos socioeconômicos, socioculturais, psicológicos e biológicos. Nesta linha de conduta, o Ministério da Saúde (2003) busca a formulação de políticas públicas que visem atender às inúmeras e urgentes reivindicações da sociedade. No entanto, apesar de um certo esforço do Ministério da Saúde, os programas elaborados em relação ao consumo de álcool e outras drogas ficaram restritos à abstinência e pouco à reinserção dos indivíduos na sociedade.

No Brasil, assim como em diversos países, segundo Zemel (2001) os usuários de drogas foram excluídos, rejeitados pela sociedade ou aprisionados em verdadeiros “cárceres” privados praticamente sem perspectivas de retomarem a vida familiar, social e profissional. Estes usuários, em sua maioria jovens, eram estigmatizados ou estereotipados à semelhança do que ocorre com os ex-presidiários, pois pararam de estudar, desqualificaram-se para o trabalho e por isso, sofrem uma dolorosa discriminação de seu grupo de relacionamento.

Os tratamentos dispensados, quando acontecem, nem sempre são os mais adequados para a especificidade e diversidade de diagnósticos identificados, sendo preciso invocar as recomendações dos Direitos Humanos e da Organização Mundial de Saúde para se estabelecerem os parâmetros mínimos sobre os tratamentos e metodologias de reinserção social para os ex-usuários de drogas.

As principais recomendações adotadas pelo governo brasileiro estão na Política Nacional Sobre Drogas Brasil, (2004B) onde manifesta de forma clara a premência por uma estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência baseada na atenção comunitária, associada à rede pública de serviços sociais e de saúde, voltada para a reabilitação e reinserção social dos seus usuários. É ainda enfatizado que a atenção psicossocial a pacientes com dependência e/ou problemas do uso decorrente de álcool e outras drogas deve se fundamentar em uma rede de instituições comunitárias, integradas ao meio cultural e articuladas à rede assistencial em saúde mental e aos princípios da Reforma Psiquiátrica. Após muita discussão e demandas sociais, essa Política Nacional sobre Drogas foi sancionada, estabeleceu um tratamento mais moderno, adequado aos usuários por parte do SUS-Sistema Único de Saúde.

Para atendimento aos dependentes químicos foram criados os Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e outras Drogas, os denominados - CAPSAD, organizados em forma de redes e que foram considerados como o eixo central e mais adequado ao momento para o tratamento de usuários de drogas e organizados em forma de redes.

A Política Nacional Sobre Drogas Brasil (2004) constitui-se uma nova estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência voltada para a atenção comunitária, de serviços sociais e de saúde, que esteja focada na reabilitação e reinserção social dos seus usuários. Considera-se ainda, segundo Paiva et al. (2014), que a atenção psicossocial a pacientes com dependência do uso de álcool e outras drogas deve se basear em uma

rede de ações comunitárias, integradas ao meio sociocultural e articuladas à rede assistencial em saúde mental e aos princípios da Reforma Psiquiátrica.

A melhoria das condições de tratamento da pessoa humana, quando foi discutida no Brasil no período de 1930 a 1970, implementou o modelo hospitalista, manicomial ou sanatorista. (GUIMARÃES et al. 2013). Ao longo da pesquisa percebeu-se que alguns daqueles princípios persistiram nos novos modelos como os CAPS'AD - Centros de Apoio Psicossocial – Álcool e Drogas, a porta de entrada em que o ato médico e a coerção medicamentosa ainda estão presentes como foram no passado, e não levam em consideração a importância da função do Pedagogo no processo de recuperação e reinserção dos pacientes na sociedade.

O CAPS AD é visto pelos gestores públicos, como a unidade de saúde especializada em atender aos dependentes de álcool e drogas, dentro das diretrizes determinadas pelo Ministério da Saúde, e que tem por princípio o tratamento do paciente em liberdade, buscando sua reinserção social.

Neste sentido, o CAPS AD considera o apoio da família como fundamental no processo de recuperação e readaptação social e profissional dos pacientes. O CAPS AD é composto por uma equipe multiprofissional formada, em princípio, por dois psiquiatras, duas psicólogas, uma médica clínica geral, uma assistente social, uma terapeuta ocupacional, uma farmacêutica, um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem, um professor de educação física, uma professora de artes, além da equipe administrativa e pessoal de apoio e manutenção. Faltando nesta composição de profissionais exatamente o pedagogo, que seria o responsável pelo indispensável componente da educação.

Uma vez debatido e entendido o processo de recuperação e reinserção dos usuários de drogas e álcool como um conjunto de atividades clínicas e, em sua maior parte, educativas, torna-se indispensável a inserção

oficial de um/a pedagogo/a, educador/a na equipe de atendimento tanto do paciente como dos familiares.

A participação do pedagogo não apenas como interface ou de forma adesiva, mas como elemento essencial ao processo e que irá consolidar determinadas práticas cujo alcance médico, de assistência social, psicológicas, entre outras funções no adorno dos cuidados e proteção que poderiam ser melhor atendidas, observadas determinadas competências e responsabilidades que são específicas do profissional formado em pedagogia.

A função pedagógica, que é marcadamente exigida na pauta da vida acadêmica, como uma formação para atuar tanto em espaços escolares quanto extramuros, deve-se fazer valer entre os que se têm apresentado como sensíveis defensores da melhoria da qualidade de ensino e de suas especificidades para educandos que requeiram um processo educativo, formativo e reintegrador na sociedade atual.

Neste sentido resta discutir as Diretrizes Curriculares, em um novo formato menos conteudista e mais integrador, transdisciplinar, ou seja, que visem habilidades e competências do egresso de centros de recuperação e engajado nas questões sociais relevantes para a sociedade pós-moderna, tanto nos espaços escolares como não escolares, como prevê a Resolução CNE/CP 1/2006:

... “trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo.”...

Este dispositivo legal, encontra-se no Caput do Artigo 5º e se refere às habilidades e competências dos egressos dos cursos de Pedagogia em território nacional.

### **Procedimentos metodológicos**

Estudo do tipo exploratório, bibliográfico, analítico/descritivo, com

abordagem qualitativa. No estudo descritivo desta natureza cabe observar, refletir, descrever e documentar os aspectos de interesse em determinada situação ou fenômeno. A pesquisa qualitativa, segundo Sampieri, Callado e Lúcio (2013), parte do pressuposto de que o conhecimento dos indivíduos é possível a partir da experiência humana, tal como é vivida nesta situação específica.

A pesquisa foi desenvolvida junto ao COMAD – Conselho Municipal Antidrogas de Uberaba, Minas Gerais, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde de Uberaba, que oferecia atendimento ao usuário de substâncias psicoativas, drogas lícitas ou ilícitas, em 2014.

No Estado de Minas Gerais existiam, em 2014, cerca de 200 COMADs, sendo 22 na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. No município de Uberaba, o Conselho Municipal Antidrogas (COMAD) é regido pela Lei nº 11.354 de 14 de dezembro de 2011, seguindo os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Conforme os objetivos da pesquisa, foram coletados dados sobre o tema, identificadas as equipes profissionais por categoria, feitas as análises qualitativas e reflexões críticas.

A equipe mínima recomendada por Brasil (2004) para atuar nos Centros de Atenção Psicossocial deveria ser de:

- 01 (um) médico com formação em saúde mental;
- 01 (um) enfermeiro;
- 03 (três) profissionais de nível superior entre as seguintes categorias profissionais: psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, pedagogo ou outro profissional necessário ao projeto terapêutico.
- 04 (quatro) profissionais de nível médio: técnico e/ou auxiliar de enfermagem, Técnico administrativo, técnico educacional e artesão.

Chama a atenção o fato de que na composição dos COMADs não aparece entre os profissionais o pedagogo. No caso de Uberaba havia, mas não por ser uma exigência, mas um

entendimento da importância desse profissional em uma equipe dedicada a recuperação de dependência química, reeducação e reinserção social.

### **Análise dos dados**

O pressuposto básico deste estudo, conforme recomendado pelo Ministério da Saúde, é que o profissional pedagogo por sua especialidade em educação, é importante membro na composição da equipe multidisciplinar que cuida do tratamento, recuperação e reinserção dos pacientes na sociedade.

As dezoito associações que participavam do COMAD de Uberaba, dispunham de 31 profissionais especialmente psicólogos e assistentes sociais. No entanto, apesar da importância por suas habilidades para o processo de formação e reinserção dos dependentes químicos, pedagogos eram apenas dois.

Estas constatações revelam a participação apenas periférica do pedagogo no processo de recuperação e reinserção dos usuários de substâncias psicoativas na sociedade.

Considerando a importância de todos os processos educativos, sejam eles culturais, acadêmicos, sociais, econômicos, políticos e sobretudo profissionais, o profissional formado em pedagogia deveria estar presente em qualquer equipe.

Na perspectiva de Libâneo (2001, 2006, 2008,) de maneira especial Libâneo (2011), analisa os aspectos pedagógicos, curriculares e organizacionais da gestão da escola, permitindo uma visão crítica dos contextos em que os pedagogos exercem suas atividades. Saviani (2007 e 2008), apresenta uma defesa sistemática da escola pública e da ação pedagógica como instrumentos de libertação dos oprimidos. Desta forma os pensadores, comprometidos com a pedagogia, que tem na educação o objeto de estudo, discutem a necessidade de que a universidade procure formar pedagogos (as)

qualificados (as) para atuarem tanto na instituição escolar como para desenvolver intervenção educativa e pedagógica em espaços não-escolares, seja em lugares formais ou nas Ongs, CAPS ou até mesmo junto às famílias.

Neste aspecto é fundamental ter clareza sobre o papel social, multidisciplinar, técnico e político do pedagogo que se compromete com a formação, com a socialização, com a emancipação dos sujeitos e acima de tudo com sua reinserção na sociedade.

Os dados da pesquisa revelam que das 18 associações inscritas no COMAD, cada uma atendeu em 2013, aproximadamente 97,7% da demanda dos usuários de substâncias psicoativas – SPA, em um universo de 1.759 pessoas que procuraram as associações, portanto, quase todas foram atendidas.

Ao caracterizar a população assistida, conforme os dados fornecidos pelo COMAD de Uberaba, verifica-se que 67% da população atendida começaram a usar drogas entre 12 e 17 anos, revelando uma certa precocidade dos jovens em iniciar o consumo de drogas. Destes 86% são do sexo masculino, 61,7% são solteiros e 14,5% são adolescentes. Os demais 44,6% estão entre 25 e 39 anos de idade, 41,6% iniciaram com o uso do tabaco e 32,4% com o uso do álcool.

Reconhece-se no processo de tratamento de dependentes químicos, avanços sociais, jurídicos e técnicos, mas não se pode dizer o mesmo quando deixamos que estes mesmos cidadãos, sujeitos de direitos, sejam alijados do direito constitucional à educação, mesmo quando estão em espaços de cuidados como, por exemplo, em comunidades terapêuticas, ou mesmo frequentando os equipamentos públicos como Centros de Apoio Psicossocial.

Entende-se a necessidade de repensar ou realinhar os cursos de Pedagogia frente às novas demandas sociais das diferentes estruturas existentes, tais como, Terceiro Setor, que comportam OS – Organização Social, OSCIP'S Organizações de Interesse Público, ONG – Organização não Governamental, filantrópicas ou

de interesse público, particularmente ao que se refere aos que atuam com a recuperação de usuários de drogas, em que está presente a sua reinserção social por meio do processo educativo e formação profissional.

Neste sentido o CNE- o Conselho Nacional de Educação, resolve que: [...] Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: IV - trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; [...] (Resolução CNE/CP 1/2006.

Delinear o novo perfil dos profissionais da educação passa a ser uma exigência das Diretrizes Curriculares Nacionais para atender as novas demandas da sociedade pós-moderna e globalizada especialmente para sanar os novos problemas que surgem, como no caso específico, o tratamento, educação e formação profissional para a reinserção dos ex-usuários no mercado de trabalho.

Em seu aspecto metodológico, o objeto de estudo da presente pesquisa que analisou a importância do profissional Pedagogo no processo de reinserção social dos usuários de drogas na cidade de Uberaba, Minas Gerais, no período de 1990 a 2013, pode ser compreendido como uma inquietação da sociedade dada sua formação para atuação em ambientes não escolares.

Cabe sugerir, levando em consideração as habilidades necessárias para trabalhar a reinserção de ex-dependente químico na sociedade, a inclusão do profissional pedagogo nas equipes dos Conselhos Municipais Antidrogas. Pois este profissional é importante para a identificação e desenvolvimento de habilidades profissionais, coordenação motora para trabalhos manuais e sobretudo no processo educacional formal ou fora do espaço escolar.

Tem-se como foco a análise de atuação do egresso do Curso de Pedagogia independente de qual seja a Instituição de Ensino Superior

(IES), pautando-se na teoria crítica analítica de Adorno e Horkheimer (1985) que restabelece as conexões entre sujeito e objeto ao elaborar a crítica das relações sociais e do conhecimento científico e a tecnologia. Esta deverá ser a tendência pedagógica correlacionada à prática educativa em consonância com as novas demandas da sociedade.

À semelhança do encontrado por Azevedo e Parente (2010) a análise do Projeto Pedagógico de Cursos de Pedagogia faz várias considerações sobre os ambientes não-escolares inclusive destacando-os como futuro campo de atuação para o Pedagogo. Apesar da existência da possibilidade de atuação do Pedagogo em ambientes não-escolares, ainda não há um conhecimento claro e adequado sobre o que é atuar nos denominados ambientes não-escolares.

Ao se refletir sobre as transformações sociais e institucionais bem como sobre o novo papel da educação e da instituição escolar na sociedade contemporânea, cabe ressaltar que a formação do pedagogo nos deve possuir um profundo conhecimento das tecnologias inovadoras, dos referenciais teóricos e sobretudo destes outros ambientes não escolares podendo, desta forma, contribuir sob o ponto de vista educacional, para o desenvolvimento das pessoas que deles participam, sejam crianças, jovens, adultos e em especial para o processo de reeducação para a reinserção social dos usuários de drogas.

Estudar as transformações sociais, econômicas, culturais e estabelecer novas funções ao Pedagogo moderno que possam estar presentes em outros ambientes não formais, são possibilidades educativas inovadoras demandadas pela sociedade e que precisam ser revistas para as várias possibilidades de formação do educador para atuar na sociedade capitalista e industrial.

As análises do estudo confirmam as recomendações acerca da necessidade de se aferir importância na formação pedagógica é tratativa instituída pelas Diretrizes Curriculares

Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia e são claras e evidentes a respeito das ações em espaços não escolares. No entanto, os dados obtidos na pesquisa demonstram que ainda são poucos os profissionais pedagogos que atuam no contexto da reinserção social dos usuários de drogas na cidade de Uberaba (MG), apenas dois e, ao que parece, não se trata de um problema pontual ou local, mas de uma questão em nível nacional.

Cabem duas sugestões para o aprimoramento do processo de recuperação e reinserção de usuários de drogas à sociedade. Primeiro incluir nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia, conforme recomendação de Franco, Libâneo e Pimenta (2007), uma vez que a legislação educacional dá essa abertura, disciplinas voltadas para mais este campo de formação e atuação do pedagogo. Em segundo lugar os COMADs incorporarem em suas equipes o profissional formado em Pedagogia para recuperar o aprendizado esquecido e desenvolver novos conhecimentos e habilidades intelectuais e profissionais nos pacientes em atendimento.

Finalmente, buscando um aprimoramento e a implantação de políticas públicas voltadas para as novas e prementes necessidades da sociedade, cabe perguntar: como os serviços sociais essenciais, especialmente a educação e saúde, devem qualificar-se e estruturar-se satisfatoriamente, para atender de forma integrada, os usuários visando reinserção social dos indivíduos dependentes de drogas e respectivas famílias?

## Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AZEVEDO, E. N.; PARENTE, C. M. *A formação do Pedagogo para atuação em ambientes escolares e não escolares*. Anais da 62ª Reunião Anual da SBPC, Natal, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. *A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas*, 2. ed., Brasília, D.F. 2004B.

CNE/CP Resolução 1/2006, Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, *Seção 1*, p. 11.). Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. Acesso em: 11 abr.2014.

FIORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos- CEBRAP*, n. 92, p. 9-21, 2012.

FRANCO, M. A. S.; LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Elementos para a Formulação de Diretrizes Curriculares para Cursos de Pedagogia. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 130, jan./abr. 2007. p.63-97.

GIL, G.; FERREIRA, J. A cultura, o Estado e os diversos usos das “drogas”. In: B. C. Labate et al. (Orgs.) *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador, Bahia: EDUFBA 2008.

GUIMARÃES, A. N.; BORBA, L.O.; LAROCCA, L. M.; MAFTUM, M. A.; Tratamento em saúde mental no modelo manicomial (1960 A 2000): Histórias narradas por profissionais de enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 361-369, abr./jun. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<[http://www.ibge.gov.br/home/mapa\\_site/mapa\\_site.php#populacao](http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao)>. Acesso em 13 abr. 2014.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Que destino os educadores darão à Pedagogia? In: PIMENTA, S. G. (Coord.) *Pedagogia, Ciência da Educação?* 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e prática*. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

Ministério da Saúde. *A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas*. Brasília, DF. 2003.

PAIVA, F. S. et al. A percepção profissional e comunitária sobre a reinserção social dos usuários de drogas. *Psicologia & Sociedade*; v. 26, n.3, p. 696-706, 2014.

PINHO, P. H.; OLIVEIRA, M. A.; ALMEIDA, M. M. A reabilitação psicossocial na atenção aos transtornos associados ao consumo de álcool e outras drogas: uma estratégia possível? *Revista de Psiquiatria Clínica*, v. 25, n.1, p. 82-89, 2008.

SAMPIERI, R. H.; CALLADO, C. F.; LÚCIO, M. P. B. *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da Educação na Universidade. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 130, p. 99-134, jan. /abr. 2007.

\_\_\_\_\_. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

ZEMEL, M. L. S. O papel da família no tratamento da dependência. *Revista IMESC*, São Paulo, n.03, p. 43-63, 2001.